



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140364 - SC (2020/0345795-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : T M DE L (PRESO)
ADVOGADOS : ALEXANDRE SANTOS CORREIA DE AMORIM E OUTRO(S) -
SC011253
ELIZANDRA DA SILVA NOETZOLD - SC047650
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por T. M. DE L. contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5039409-54.2020.8.24.0000).

O recorrente teve a sua prisão em flagrante convertida em preventiva em razão da suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

Sustenta que é réu primário e o decreto preventivo mostra-se totalmente desprovido de fundamentação. Aduz ainda que a prisão preventiva está sendo utilizada como antecipação de eventual pena, o que é inadmissível.

Requer, liminarmente, a imediata libertação do paciente, expedindo-se o competente alvará de soltura.

No mérito, requer o provimento do recurso para que seja concedida a ordem impetrada para revogar a prisão preventiva, confirmando-se a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente